

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Currículo, Gênero e práticas culturais: desafios ao ensino de história

Andreza de Oliveira Andrade¹

Do ponto de vista de uma historiadora como eu, que ousa embrenhar-se pelas selvas discursivas de onde “brotam” as identidades de Gênero, as questões que dizem respeito à sua constituição, ao modo como os sujeitos se comportam em torno delas e, em especial, a maneira como cotidianamente, instrumentalizam práticas discursivas que constituem e reafirmam espaços e representações sociais, geram inquietações das quais Clio não pode privar-se. Somado a estas, há outros desconfortos e problemáticas ligadas à política das identidades, que nos são postas enquanto educadoras/res na prática de ensino e na produção do conhecimento histórico escolarizado.

Em especial, acredito que o lugar de educadoras e educadores que somos levadas/os a assumir nos põe diante de um contexto que constantemente ínsita reflexões, devido aos conflitos que abriga, que é o contexto de sala de aula onde experiências e identidades multiformes se vêm obrigadas a conviver sob a égide de uma cultura historicamente homogeneizadora, como a cultura escolar. Podemos ir além e afirmar que, muito mais que simples reflexo da sociedade e da cultura nas quais está inscrita, ela é também elemento de construção das mesmas, através das políticas culturais que desenvolve, (re)produzindo verdades e valores por meio do processo educativo.

O currículo e a educação escolar enquanto espaços diretamente afetados por relações de poder têm, historicamente, se constituído também como espaços políticos, os quais, agindo por meio de políticas culturais, são responsáveis por estabelecer lugares onde vão sendo configurados os modelos e as identidades “normais”, bem como o seu “outro”: o diferente que, por sua vez, acaba por se tornar indispensável para a definição e afirmação performativa da identidade central, indicando-lhe o que ela “não é” e quem ela não “deve e não pode ser”.

Nesse sentido, problematizar os discursos educacionais que tratam da constituição e da reprodução de nossas identidades de gênero e sexual, ou principalmente, problematizar a

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba

ausência deles, no que se refere a um debate aberto que se faça presente em nossas práticas educacionais é, sobretudo, um exercício reflexivo em torno do modo como estes são configurados como investimentos culturais que tem a preocupação de promover a manutenção da centralidade de um modelo sociocultural específico para essas identidades, o qual se apresenta como favorecedor do sujeito masculino, branco, heterossexual, classe média e judaico-cristão, em torno do qual procura-se constantemente firmar os requisitos da “normalidade” e a centralidade cultural relativamente a essas identidades.

Tomando de empréstimo a noção de currículo escolar enquanto, “*um artefato de gênero*” que simultaneamente “*corporifica e produz relações de gênero*” (SILVA. 2004), procuraremos dialogar com teóricas e teóricos de Gênero e Educação que, em sua maioria, investem em uma análise sociocultural a partir das perspectivas pós-estruturalistas e dos Estudos Culturais. Nossa proposta é de discutir os mecanismos discursivos e não-discursivos e as articulações de poder arquitetadas no âmbito da educação que historicamente têm criado condições para que o currículo escolar a que somos – alunas/os e professoras/es – submetidas/os no processo de escolarização, assuma uma tendência de reforçar hierarquias socioculturais de gênero a partir daquilo que diz e de seu *não-dito* que, somados ao agenciamento de políticas culturais como, por exemplo, nossas aulas de história,² procuram reforçar e naturalizar a relação assimétrica entre as identidades do masculino e do feminino no campo simbólico e material de nossa cultura, permitindo-nos considerá-lo um *artefato de gênero*.

É a partir dessa perspectiva que nos propomos a discutir os modos pelos quais as identidades de gênero são instituídas, legitimadas e reproduzidas no âmbito da cultura, concebendo-as enquanto efeito dos investimentos lingüísticos, a partir de sua construção performativa e através de práticas epistemológicas institucionais, vinculadas pelo currículo escolar enquanto norteador do processo educacional institucionalizado na e pela escola, desenvolvido especialmente através de nossas aulas.

Nossos corpos e identidades de gênero e sexuais carregam em si estigmas culturais, marcas que ao longo da história e de nossas histórias de vida nos identificam e subjetivam e que, embora não sejam tão materializadas quanto tatuagens sobre nossa pele, estão de certa forma, tatuadas no mosaico de nossas subjetividades, influenciando diretamente na maneira como concebemos o real e nos situamos no mundo em relação a ele. Nós as

² A noção de *política cultural* aqui é usada em referência às estratégias políticas que, através das relações de poder agem sobre a produção das identidades e subjetividades por meios discursivos verbais e não-verbais. Cf. COSTA. 2002:139.

adquirimos mesmo antes de nascer quando somos, por exemplo, marcados pelo gênero como meninas ou meninos. Ao longo de nossas vidas, através da cultura e da educação, essas marcas vão sendo (re)afirmadas e ressignificadas, vão compondo nossos *nomes* no mundo, isto é, nossas identidades.

É por isso que nos propomos aqui a refletir sobre essas marcas, discutindo seus lugares de produção e os processos pelos quais elas se tornam realidades que se corporificam nas relações sociais. De um modo mais específico, discutir as maneiras pelas quais são constituídas e cristalizadas as identidades de gênero e como a escola e o currículo escolar se inscrevem como lugares privilegiados na produção e consolidação dessas identidades. Para isso, nos propomos a discutir a relação entre cultura, educação e a produção das identidades a partir de uma visão pós-estruturalista da sociedade e dos sujeitos, articulando esses debates, de modo breve, com a teoria pós-crítica do currículo.

Há uma relação intrínseca entre a construção de nossas identidades de gênero e a educação a que somos submetidas/os e que, posteriormente, submetemos a outros, a qual procura nos referenciar ao longo de nossas vidas e nos aproximar, assim, dos modelos culturais de feminilidade e masculinidade. Partindo de uma perspectiva onde a educação é tomada como um processo amplo, que está para além do âmbito da família e da escola e de suas aulas, podemos enfatizar que o ato de “educar” diz respeito a um complexo de relações de forças e processos, a partir dos quais somos transformadas/os em – e aprendemos a nos reconhecer como – mulheres e homens, no interior das relações sociais. Esses processos educativos que podemos chamar aqui de *pedagogias culturais*,³ incluem estratégias sutis e refinadas de naturalização que os debates feministas pós-estruturalistas têm procurado reconhecer e problematizar.

Tais debates têm procurado chamar nossa atenção para o fato de que, nossa cultura de um modo geral, é perpassada em todos os seus níveis e dimensões por divisões polarizadas de gênero, o que faz com que as distinções entre feminino e masculino se inscrevam no nosso cotidiano a partir de políticas culturais, as quais procuram fixar nossas identidades e subjetividades em territórios bem definidos e que não permitem contestações e que vão se naturalizando e construindo noções de pertencimento, que nos são incutidas por meio do agenciamento de códigos de comportamento através dessas *pedagogias*. Em outras palavras, significa dizer que o adestramento e a regulação de nossos corpos e subjetividades se dão principalmente a partir de artefatos educativos, espaços que, embora nem sempre sejam

³ Quanto à noção de *pedagogia* cultural vide STEINBERG, Shirley (Org.). **Cultura Infantil: A construção corporativa da Infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

institucionais, se inserem no âmbito da cultura e, revestidos de características aparentemente “inocentes” como prazer e divertimento, têm poder de nos educar e moldar nossos modos de ser e de conceber a realidade a partir das representações ancoradas nos modelos centralizadores de gênero e sexualidade.

É, pois, nesse sentido que se inscreve a centralidade conferida aos debates de gênero em alguns seguimentos dos Estudos Culturais. Não se trata, no entanto, de desenvolver um processo que modifique as representações de gênero, em função de “corrigir” uma representação distorcida da mulher (ou do homem), de modo que se possa abrir espaço para uma mais “verdadeira”.⁴ Para além de qualquer essencialidade, de qualquer estabilidade e acesso a uma materialidade pretensamente verdadeira, trata-se de fazer referência a uma *superfície de linguagem*, à edificação de discursos que elegem aleatoriamente o verdadeiro e o falso. Isto também não denota a negação de certos aspectos materiais como, por exemplo, a distinção fisiológica entre mulheres e homens. Entretanto, significa enfatizar a produção de sentidos através das configurações discursivas propostas por Foucault, que cogitam determinados *modos de ser* e de pensar culturalmente constituídos. (FOUCAULT. 2004)

As identidades de gênero se dão a existir a partir de investimentos e jogos lingüísticos, os quais constroem representações sociais e lhes dão sentido simbólico. Elas são constituídas a partir de um processo *performativo*, a partir do qual elas se desenvolvem discursivamente.

O conceito de performatividade permite o deslocamento da noção de identidade enquanto um ato meramente descritivo, como adjetivador daquilo que *é*, para lançar o foco da questão sobre a noção do “*tornar-se*”, onde as identidades assumem um sentido voltado para perspectiva de deslocamento e transformação. (BUTLER. 1999)

A análise de Judith Butler sobre o caráter performativo das identidades de gênero e sexuais – cuja distinção ela dispensa – leva em consideração uma concepção ampla de performatividade. Ou seja, o ato descritivo de alguns enunciados necessita de exercícios de repetição contínuos para que estes sejam tomados como verdadeiros, de maneira que ao trazer essa “realidade” ao domínio da linguagem ao invés de apenas descrevê-la, esses enunciados acabam por dar vida a esse “real”. (BUTLER. 2003: 24)

⁴ É importante chamar a atenção para o perigo epistemológico provocado por alguns reducionismos que tendem a pensar debates de gênero como sinônimo de História das Mulheres. Ainda que em alguns momentos essa seja uma relação intrínseca, os debates de gênero possuem horizontes e possibilidades que se situam muito para além das questões suscitadas por esta modalidade historiográfica. Os debates de gênero, entre outros, contemplam questões atreladas à construção social não só da feminilidade, mas também da masculinidade, e as variações desses lugares sociais relativamente às opções sexuais como os debates acerca da sexualidade de gays, lésbicas, transexuais, etc. A esse respeito vide SCHPUN (2004) e LOURO (2004).

Em se tratando das identidades de gênero, para Butler, elas submetem e subjetivam todos os sujeitos irrestritamente não havendo, pois, um “eu” produzido fora dessas relações. A performatividade, nesse caso, age sobre nós mesmo antes de nosso nascimento. Para exemplificar isso, ela descreve o modo como somos revestidos de uma identidade de gênero mesmo antes de nascer, a partir de uma “mera” ultra-sonografia somos transformados de uma *criança*, de um ser “neutro” em um “ele” ou “ela”, o que faz com que a menina *torne-se* uma menina e o menino *torne-se* um menino, a partir de uma série de investimentos simbólicos que serão direcionados à “criança”, através das políticas culturais que agem sobre a “realidade” generificada desse sujeito por meio de seu corpo, mesmo antes que este venha a ser uma presença material no mundo. Nesta perspectiva, “[...] a matriz das relações de gênero é anterior ao ‘humano’”. (BUTLER. 2003:161) O ato de nomear ao mesmo tempo em que estabelece uma fronteira, também leva a uma inculcação da norma de modo repetitivo. Assim, entendemos a performatividade “[...] não como o ato pelo qual o sujeito traz à existência aquilo que ele ou ela nomeia, mas, ao invés disso, como aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange [...]”. (BUTLER. 1999:155)

E é justamente nessa repetitividade onde se assenta a eficácia do exercício performativo em termos de produção das identidades de gênero, à medida que seus enunciados são reiterados e subjetivados como condição intrínseca aos indivíduos, enquanto verdades de si.

Assim sendo, a diferença que se institui entre os gêneros, a partir da qual o modelo hegemônico masculino e heterossexual legitima sua centralidade, não pode ser pensada como constituída simplesmente em relação às diferenças materiais entre mulheres e homens. As categorizações e adjetivações de gênero que circunscrevem nosso sistema cultural além de se estabelecer como norma, são também parte de uma prática prescritiva que produz os corpos que governa. Esse processo disciplinar possui poder produtivo que demarca lugares, faz circular discursos e representações que, acabam por produzir as diferenças hierarquicamente e as inscreve nos corpos que controla.

As políticas culturais que investem discursiva e simbolicamente no modo como subjetivamos nossas identidades de gênero e as constituem a partir de sistemas lingüísticos atribuindo sentidos e significados à realidade, nos fazem pensar em que medida esses mesmos jogos discursivos são responsáveis pela construção das diferenças culturais, em função das quais se instituem as identidades centrais, podendo também ser pensados como mecanismos de disciplina social que agem de maneira coercitiva sobre aqueles que, de algum modo

subvertem a centralidade do modelo, imprimindo nesses corpos os signos e significados históricos e culturais dessa coerção por meio da exclusão e do silenciamento, a partir de seu não-lugar, de sua marginalização simbólica e material.

Pensar historicamente a constituição das diferenças de gênero e sexuais nos coloca diante dos processos culturais presente nesse processo e da maneira como este é naturalizado por meio de práticas discursivas que procuram biologizar as marcas históricas inscritas simbolicamente em nossos corpos, que são também artefatos históricos. Assim, culturalmente somos adestrados para que os usos que fazemos deles possam ser estabelecidos no interior do confinamento simbólico fomentado pela cultura que, no que diz respeito às hierarquias sociais, procura acentuar e naturalizar as relações de dominação simbólica do masculino em relação ao feminino. (BOURDIEU. 2003)

Os processos culturais pelos quais a diferença é constituída e estabelecida em relação aos corpos e sujeitos femininos e masculinos devem ser entendidos em sua pluralidade e em seu caráter conflitante. Isso implica no fato de que, é necessário admitir que esses processos se expressão também pela articulação do gênero com outras “marcas” sociais como, por exemplo, o pertencimento a uma classe social, a uma etnia, religião, nacionalidade, geração ou mesmo pelo desenvolvimento de uma identidade sexual específica, pois essas articulações, de modo muito particular, produzem transformações e especificidades importantes através das quais os modos de ser dos sujeitos femininos e/ou masculinos são, ou podem ser, vividos e experimentados por grupos diversos, pelo mesmo grupo, ou ainda, pelas mesmas pessoas, em diferentes momentos e contextos de suas vidas.

Dessa maneira, a discussão em relação à produção de diferenças e desigualdades de gênero, ao levar em consideração todos esses desdobramentos do conceito de gênero, também se propõe a analisar processos sociais de dimensões diferenciadas que assinalam e separam as pessoas como diferentes, em função tanto de seu gênero, quanto em função da etnia, da classe social, da religião, da aparência física, da nacionalidade e especialmente da sexualidade.

Se concordarmos que nenhuma de nossas identidades podem ser concebidas enquanto naturais e/ou imutáveis, logo, podemos afirmar quanto às identidades de gênero que, como quaisquer outras, elas podem e devem ser compreendidas dentro da lógica da pluralidade e como efeito de um processo histórico e cultural. Um processo no interior do qual são articulados múltiplos mecanismos, dentre os quais podemos situar nossa prática educativa através de nossas aulas.

No contexto de uma cultura como a nossa marcada pela hegemonia dos modelos de masculinidade e heterossexualidade não é surpresa o fato de que nossas aulas de história e os livros didáticos a partir dos quais as construímos, em sua estrutura discursiva tenda a privilegiar representações do passado que possam continuar legitimando essa hegemonia a começar pelo universalismo de sua linguagem, onde os artigos no masculino representam homens e mulheres de forma global. Ao vincular, por exemplo, um conhecimento histórico que tende a privilegiar o sujeito masculino universalizado, juntamente com seus valores como sendo responsáveis pelo *progresso da história*, nossos currículos e nossas aulas e livros didáticos não só ratificam a preponderância dos homens e dos valores da masculinidade enquanto “reflexo” de uma cultural falocêntrica, como são responsáveis por instituir e legitimar essa cultura.

Alguém poderia contra argumentar que a hegemonia do masculino é anterior a produção do tanto dos currículos quanto dos livros didáticos de história e que sua estrutura e linguagem são reflexos de uma cultura que lhe é externa. Mas, por outro lado, ao lidarmos com a linguagem e as representações não como re-apresentações da realidade, mas como seu fator criativo, na medida em que ela se constitui discursivamente, podemos nos manter firme na hipótese de que esses discursos são, em certa medida, responsáveis pela hierarquização de uma sociedade que tende a modelar homogeneamente os sujeitos, tendo sempre os valores e padrões da masculinidade e heterossexualidade como referencial hierarquizador.

Por isso é preciso que atentemos para o fato de que não há nada de inocente no modo como lidamos com a linguagem e as representações que esta constitui em nossas aulas. É a partir dessas práticas que temos a possibilidade de contribuir, ou não, para a construção de um processo histórico que é lento e trabalhoso e cuja tarefa é de promover a inclusão das diferenças e a construção de uma cultura capaz de valorizar a alteridade enquanto aspecto positivo das relações sociais.

Para além das naturalizações que envolvem os modos como construímos nossas representações acerca das identidades de gênero e sexualidade e que em muitas situações tendem à marginalização do “outro”, há um exercício de exclusão que desenvolvemos também em relação às diferenças em outros níveis. O que significa que a necessidade de pensarmos nossas identidades como construções histórico-culturais se inscreve como um elemento fundamental para a construção de noções de cidadania abertas às relações sociais democráticas de fato. E isso só será possível se aceitarmos o fato de que este é um dos importantes papéis do ensino e da educação histórica.

REFERÊNCIAS

- BOUDIEU. Pierre. **A dominação Masculina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSTA. Marisa. Vorraber. “Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo”. In: LOPES. Alice Casimiro e MACEDO. Elizabeth (orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- FOUCAULT. Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. – Forense Universitária, 2004.
- SILVA. Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.